D. Nun'Álvares Pereira - O Homem e o Militar

Tenente-general
Alexandre de Sousa Pinto

D. Nuno Álvares Pereira é, sem qualquer sombra de dúvida, em minha opinião, uma das mais importantes figuras, se não mesmo a mais importante, da nossa História Pátria. Neste trabalho, procurarei caracterizá-lo como Homem e como Militar. Missão aliciante mas de dificuldade muito acrescida, depois de tantos e tão qualificados autores sobre ele se terem pronunciado. Deixo para outros, bem melhor equipados do que eu para o efeito, apresentá-lo como Carmelita e Santo da Igreja Católica.

D. Nun'Álvares Pereira parece ter nascido em Cernache do Bonjardim, sede da Ordem do Hospital, a 24 de Junho de 1360, filho de quem era, desde os 18 anos na sucessão de seu tio-avô Estêvão Vasques Pimentel, o Prior da Ordem, D. Álvaro Gonçalves Pereira, que serviu em Rodes, combateu os turcos nas galés dos hospitalários e que, na carga decisiva do Salado, transportava consigo a "vera cruz de Marmelar", construtor do castelo da Amieira, dos paços do Bonjardim e do castelo da Flor da Rosa, próximo do Crato, para onde viria a ser transferida a sede da Ordem e lhe daria o nome pelo qual acabou por ficar mais conhecida em Portugal - Priorado do Crato. Sua mãe era uma senhora solteira, camareira da Infanta D. Beatriz, Iria Gonçalves do Carvalhal, natural de Elvas.

O Prior do Hospital, como tal, não podia casar mas foi, ao longo da vida, tendo filhos de várias senhoras, atingindo o número, hoje inimaginável, de 32 filhos. Só de Iria Gonçalves do Carvalhal teve 9.

Dos 32, Nun'Álvares foi um dos mais novos, sendo o 13º filho varão dos 17 que seu pai teve, sendo legitimado pelo rei D. Pedro I, logo com um ano de idade.

Pelo lado paterno, era neto de D. Gonçalo Gonçalves de Pereira que fora deão da Sé do Porto e arcebispo primaz de Braga, o mais importante cargo do clero em Portugal, personalidade proeminente da sua época, principal medianeiro da paz entre o rei D. Dinis e seu filho o infante D. Afonso e combatente valoroso da batalha do Salado, e de uma sua amiga, por quem se apaixonara em Salamanca, D. Teresa Peres Vilarinho. Esta família Pereira era das principais no Portugal destes tempos, com origem nas Astúrias e nos condes de Trastamara.

Pelo lado materno era neto de Álvaro Gonçalves de Carvalhal, senhor de Évora Monte e alcaide-mor de Almada.

Para prosseguir, parece-me útil relembrar alguns aspectos da vida e da mentalidade da Idade Média, para nela nos situarmos e melhor podermos compreender as situações, as reacções e as conclusões a que chegarei e que, desde já, alerto para o facto de serem por vezes polémicas, face à história estabelecida pelos sucessivos poderes políticos e que, como bem sabemos, são arranjos convenientes e não científicos, mas que se vão insinuando e transformando em verdades, confirmando o aforismo popular que afirma que «uma mentira muitas vezes repetida passa a ser uma verdade».

As três classes sociais da época eram, como bem sabemos, o clero, a nobreza e o povo. Cada uma delas tinha a sua função própria. Ao clero competia tratar do espírito, à nobreza preparar-se para a guerra e ao povo produzir riqueza pela agricultura, as artes e os ofícios. Não havia dúvidas nem misturas.
O único ofício da nobreza, se assim lhe posso chamar, era o exercício militar para o qual eram todos preparados quase desde a nascença, primeiro como pajens na Casa Real ou na de um cavaleiro de nome já feito, depois como escudeiros nas mesmas condições e, finalmente, após provas em combate, como cavaleiros capazes de serem eles próprios os mestres de outros pajens e escudeiros, recomeçando o ciclo[1]. Como veremos, Nun'Álvares é, neste aspecto, paradigmático.

O chamado espírito cavaleiresco da Idade Média dava a maior importância à palavra dada, a cujo cumprimento se subordinavam todos os outros valores, como a coragem, a honradez, a riqueza, etc. Neste aspecto, D. Nuno vai, como também veremos, ser inovador, estando séculos à frente do seu tempo.

A nobreza adquiria-se pelo sangue - os fidalgos (filhos de algo) - ou pelos actos em favor do rei, quase exclusivamente por feitos militares. No primeiro caso, não era a ordem de nascimento que conferia nobreza; todos e quaisquer dos filhos eram nobres pelo simples facto de serem filhos de quem eram, preparavam-se para o exercício de funções militares e o rei nomeava-os para os cargos que entendia de acordo com os méritos que em cada um reconhecia. Muitos dos mais conhecidos e importantes cargos da história desta época são disto exemplo, como seja, entre outros, o de Marechal de Portugal, criado em tempo de D. Fernando a favor de Gonçalo Vasques de Azevedo, filho sacrílego do Prior de Santa Cruz de Coimbra e de uma freira de Lorvão ou, ainda no mesmo cargo mas mais tarde, quando aos filhos do marechal conde de Marialva o rei autoriza ao primogénito o uso do título mas não o considerando digno do cargo faz do segundogénito marechal, na descendência do qual o cargo se manteve[2]. Outro exemplo podemos ainda encontrá-lo na própria família de D. Nuno, cujo pai, bastardo de um bispo, nem por isso deixou de desempenhar um dos mais elevados cargos do reino - Prior do Crato - e cujo irmão, filho e neto de clérigos, também não deixou, por isso, de exercer o mesmo priorado depois do pai e até que D. João I, antes de Aljubarrota, o substituísse.

Já o mesmo se não passava quanto aos bens patrimoniais. Estes passavam do pai para o

filho primogénito. Os secundogénitos recebiam apenas a sua parte dos bens não vinculados, mas era obrigação do pai ou, na falta deste, do irmão mais velho, garantir-lhes a subsistência ao nível do estatuto familiar, através da obtenção de mercês régias, de cargos remunerados ou da procura de casamentos com herdeiras que lhes permitissem dar origem a novas casas senhoriais ou continuidade às casas já existentes mas cuja varonia estava extinta. Também aqui o caso de D. Nuno é muito interessante e paradigmático.

Voltemos, então, à história de D. Nuno para o conhecermos como Homem. Provavelmente nascido, como vimos, no Paço de Cernache, manteve-se com a mãe e entregue aos cuidados do tio materno Martim Gonçalves do Carvalhal, mudando de terra ao sabor dos itinerários seguidos pela Corte. Pensa-se, no entanto, que terá também passado grandes períodos de tempo na Flor da Rosa com seu pai e os cavaleiros hospitalários. A educação a que terá sido sujeito foi certamente influenciada pelo ambiente e por aqueles que o rodeavam. Seguindo os preceitos normais da época terá sido influenciada espiritualmente por um catolicismo vivido com intensidade e mística, culturalmente pelos romances de cavalaria então muito em voga e pelas histórias que seu pai e os cavaleiros hospitalários, homens conhecedores do mundo e de outras gentes, lhe contavam e pelos contactos a que foi tendo acesso nos paços reais em que vivia e eram frequentados por estrangeiros, nomeadamente pelos ingleses apoiantes e apoiados pelo rei D. Fernando e de quem, provavelmente, terá apreendido as últimas novidades militares da Guerra dos Cem Anos. Paralelamente, no decorrer dos períodos de permanência na Flor da Rosa participava em justas e torneios como pajem de um, ou de vários, cavaleiros da Ordem. Dizem alguns ter sido nesta altura que se apaixonou pela gesta dos cavaleiros da *Tavola Redonda* e tomou Sir Galaaz por modelo, decidindo dedicar a sua vida a Deus e à Cavalaria.
Quando ia nos treze anos de idade seu pai, acompanhado de outros cavaleiros e de alguns dos filhos, entre os quais o próprio D. Nuno, acorreu ao rei que iniciava nova guerra com Henrique de Castela e, passando por Santarém onde a Corte tinha assento, dá-se o célebre episódio, relatado por Fernão Lopes com algum pormenor, da forma que segue:
«E passando as gentes delRei de Castela para Lisboa, onde já seu senhor estava, mandou o Prior a Nun'Álvares apesar de ser moço, que cavalgasse ele e seu irmão Diogo Álvares, um bom cavaleiro da Ordem, com alguns de sua casa que mandou ir com eles, para ver que maneira levavam aquelas gentes. E indo eles contra aquela parte por onde diziam que passavam os castelhanos, e não vendo nenhum deles, tornaram-se para a vila.
E chegando a par do castelo onde elRei com sua mulher então pousavam, estando à mesa, mandaram-nos chamar, e perguntando-lhe onde foram, e que acharam lá de onde vinham, eles lhes responderam a tudo, segundo as perguntas que lhe faziam. A Rainha D. Leonor falando nisto, como era mulher muito paçã e de graciosa palavra, disse a elRei como em sabor, que ela queria tomar Nun'Álvares por seu escudeiro; e elRei respondeu que era bem feito, e que ele tomaria por seu cavaleiro Diogo Álvares seu irmão.
Então disse a Rainha contra Nun'Álvares, que ela o queria armar de sua mão como seu escudeiro, e que não queria que doutras mãos tomasse armas salvo das suas; Nun'Álvares apesar de ser moço quando isto ouviu disse que lho tinha em grande mercê e que prazeria a Deus que ainda lho ele serviria com bons merecimentos e beijou-lhe as mãos por isso; a Rainha querendo por em obra isto que assim dissera, mandou buscar um

arnêz convinhável para Nun'Álvares, e porque ele era de pouca idade, não lho podiam achar tão pequeno; então disseram à Rainha, como o Mestre de Avis tinha um arnêz, e ela lho mandou pedir.
E como lho trouxeram, deu-o logo a Nun'Álvares; e assim tomou ele as armas primeiras da mão da Rainha Dona Leonor, e ela daí em deante o chamou sempre por seu escudeiro.» [3]

Nun'Álvares manteve-se a partir de então como morador na Corte, até que, tendo pouco mais de dezasseis anos, seu pai, sentindo-se adoentado e temendo pelo futuro de seu filho, decide tratar-lhe desse mesmo futuro, encontrando-lhe os rendimentos que lho garantissem o que, como dissemos atrás, está perfeitamente de acordo com os costumes e as obrigações dos chefes das casas senhoriais. Contratou-lhe o casamento, cuja prévia aprovação por el-Rei é atestada por uma doação a favor de D. Nuno de Maio de 1376[4], com a recente viúva de Vasco Gonçalves de Barroso, a ainda jovem e muito rica D. Leonor de Alvim. D. Nuno, apanhado de surpresa, desejando veementemente manter-se solteiro e puro como Galaaz, não foi no entanto contra os desejos de seu pai. O casamento teve lugar a 15 de Agosto em Vila Nova da Rainha perante os Reis e a Corte, seguindo os noivos para Cernache e, mais tarde, para as terras de Barroso, em Entre-Douro-e-Minho, de agora em diante senhorio de D. Nuno. Diz-nos Fernão Lopes que nesta sua casa tinha com ele entre doze a quinze escudeiros[5] e vinte a trinta homens de pé.
Deste casamento nasceram dois filhos que morreram ainda meninos e uma filha, D. Beatriz, de cujo nascimento morreu sua mãe, única que viveu o suficiente para ter geração, que também não sobreviveu a seu pai mas lhe deixou os netos em que ele se revia.

Parece que por aqui se manteve D. Nuno até à morte de seu próprio pai, ocorrida no castelo da Amieira, onde ele se deslocou para assistir ao funeral que seguiu para a Flor da Rosa onde foi sepultado.

Sucedeu-lhe no priorado do Crato D. Pedro Álvares Pereira e, logo depois, morre o rei de Castela D. Henrique, sucedendo-lhe o filho D. João, que recomeça a guerra contra Portugal, sendo então D. Nuno chamado por D. Fernando para ajudar o irmão na fronteira do Alentejo.

Desta descrição sumária, parece-nos poder concluir alguns primeiros factores interessantes para a biografia de D. Nuno como Homem.

Foi educado como um homem da Idade Média, e era-o realmente; o seu ídolo era Galaaz a quem queria seguir como modelo.

Convicto católico, queria servir a Deus e à Sua Igreja, nesse sentido, não hesitou em obedecer ao Pai quando este o quis casar, mesmo não sendo essa de modo algum a sua vocação, e manteve-se sempre fiel à Igreja de Roma, que considerava a única, nunca aceitando obedecer aos Papas de Avinhão, aqui residindo com grande probabilidade uma das razões do seu afastamento das Rainhas D. Leonor e D. Beatriz.

Aceita, no entanto, com profundo respeito os que professam outras religiões, sendo conhecida a construção de mesquitas e sinagogas a que mandou proceder à sua custa, assim como outras nacionalidades ou os próprios inimigos, o que se demonstra pelo apoio que concedia aos feridos castelhanos ou na doação de terras a soldados adversários abandonados no terreno pelas suas próprias tropas.

A necessidade de fazer as pazes com Castela, face à conjugação quase simultânea da peste, da fome e da guerra, leva D. Fernando a, mais uma vez, negociar um tratado com D. João de Castela que, viúvo recente e ambicionando apoderar-se de Portugal sem mais conflitos, aceita para si a jovem infanta D. Beatriz, de dez anos, como moeda de troca. D. Fernando não deixa de prever a possibilidade de integração de Portugal em Castela e, para a evitar, acrescenta a cláusula de que os dois reinos não ficarão nunca unidos, sendo Castela para o primogénito de D. João, filho do seu primeiro casamento, e Portugal para um filho deste casamento agora acordado, ficando Leonor Teles como regente na hipótese de a morte de D. Fernando ocorrer na menoridade do futuro rei. Nas cerimónias dos esponsais reais em Elvas dá-se o célebre episódio em que D. Nuno e seu irmão Fernão, ao encontrarem os seus lugares à mesa já ocupados, ter D. Nuno dado um tão violento pontapé que tudo foi de roldão, mesa, pratos, talheres e ocupantes e saído imperturbável do local, dando azo a um comentário do próprio rei de Castela dizendo «que quem ali tal cousa cometia em tal lugar sentindo a honra que lhe era feita que para mais seria seu coração»[6].

A morte prematura e inesperada de D. Fernando vem fazer precipitar os acontecimentos; D. João de Castela não pode perder a oportunidade de, imediatamente, se assumir como rei de Portugal em nome de D. Beatriz. D. Nuno decide tomar o partido de Portugal que, no seu avançado pensamento, estava à frente de quaisquer juramentos ou direitos dinásticos. O seu braço está, desde a primeira hora, com o Mestre de Avis em defesa da independência que ele via em perigo grave e da lealdade de Portugal à Igreja de Roma, também ela em perigo por Castela estar com os Papas de Avinhão.

Julgo dever neste momento fazer um parênteses para referir ser, em minha opinião, uma completa mistificação histórica a versão corrente de que este período conturbado da nossa história é resultado da revolta popular e da sua acção, tendo o clero e a nobreza na sua grande maioria tomado o partido de D. Beatriz, excepção aberta para os filhos secundogénitos ou bastardos das casas senhoriais que nada tinham a perder. Ora D. Nuno era, como vimos, o 13º dos 17 filhos varões do Prior do Crato mas era também, pelo casamento, senhor das terras de Barroso, um dos mais poderosos senhores de Entre-Douro-e-Minho. Não tinha nada a perder? O seu caso é paradigmático mas está longe de ser único. Aliás, ao invés, a grande maioria dos seus irmãos estavam com D. Beatriz e só um deles era primogénito como é óbvio. O que para a nobreza estava em causa era o princípio da fidelidade à palavra dada, valor principal na Idade Média, seguido pela maioria ou a adesão à verdadeira inovação conceptual da prioridade do colectivo sobre o individual.

Da intensa actividade militar que se seguiu ao período de que temos vindo a falar, pode-se concluir ser de personalidade bem vincada, exercendo forte atracção sobre os que com

ele contactam ou trabalham, mas sendo inflexível com os que não correspondem aos seus critérios de vida.

Desprendido dos bens terrenos, uma vez senhor dos imensos territórios com que o reconhecimento real o tinha recompensado, distribui-os por quem entende, sem dar cavaco à realeza, por se considerar não um seu detentor em nome do Rei, mas um proprietário feudal do que lhe fora entregue como tal, distribuição algumas vezes feita aos próprios inimigos, como já dissemos.

D. João I reconhecia em D. Nuno não só o cavaleiro emérito mas também o Homem excepcionalmente bem formado, cultural e espiritualmente, o que explica a sua nomeação para preceptor do Príncipe Real D. Afonso, cujas qualidades e sabedoria assim adquiridas não chegaram ao nosso conhecimento devido à sua morte prematura, ainda em vida de seu pai, que o impediu de cingir a coroa.

Sendo, como vimos, um homem da Idade Média, o seu pensamento é, em determinadas vertentes, muito avançado para a época, enquanto noutras vivia ainda o tempo da *Tavola Redonda*. No dizer do General Martins Barrento[7] ele foi Torga seis séculos antes de Torga pois é o primeiro que, na prática, considera que «a Pátria é um palmo de terra defendido», que merece ter prioridade sobre a vassalagem ou a palavra dada a quem quer que fosse por mais direitos dinásticos que detivesse, isto quando outros nem em sonhos tinham qualquer noção de Pátria. Sobre isto o seu pensamento parece claríssimo na boca de sua própria mãe que, segundo Fernão Lopes, terá dito «*nunca ter podido mudar Nun'Álvares, seu filho, que Deus não quisesse ... ele fosse contra a terra que o criara mas que antes despendesse seus dias e aspergisse seu sangue por amparo dela*», posição que manteve até ao fim dos seus dias, demonstrável com a imposição feita de acompanhar como condestável a expedição de 1415 a Ceuta e quando o quiseram convencer a deixar o burel do Carmo, voltando à vida secular, deu como resposta tal só ser admissível se os castelhanos voltassem a ameaçar Portugal, o que não previa que viesse a acontecer em seus dias.

Mas, como nos diz o bispo D. Carlos de Azevedo[8], a visão política e social de D. Nuno não era coincidente com a de D. João I que, aconselhado pelos seus juristas, nomeadamente pelo Dr. João das Regras, queria concentrar cada vez mais o poder nas mãos do rei e fazer marcha-atrás nas concessões que a época e as circunstâncias o tinham levado a fazer[9], residindo muito provavelmente nesta questão as dissidências que a partir de determinada altura entre eles se levantaram. Sobre esta questão é opinião da Prof. Doutora Manuela Mendonça que a ideia não era tanto a devolução de concessões territoriais feitas mas a da retirada de privilégios (poder) atribuídos que, em certos casos, punham D. Nuno a par da realeza e eram motivo de grandes invejas.

Um último aspecto me parece importante referir para melhor conhecermos aquele que penso poder ser o pensamento do Homem que foi D. Nuno: é corrente a versão de que, depois de distribuir os seus bens pelos colaboradores e pelos netos, mandou construir o convento do Carmo e nele se amortalhou, pobre como Job, apenas com o pensamento em Deus e no próximo. Será mesmo assim?

Sabemos que D. Nuno não quis ser senão irmão carmelita e porteiro do seu próprio convento sendo, aliás, o fundador dos irmãos terceiros da Ordem a nível mundial; isto significa que não quis proferir os três votos de obediência, castidade e pobreza a que seria obrigado para professar; ficou-se apenas pelos dois primeiros. Resolução estranha para quem era já pobre do antecedente.

Só consigo entender tal resolução se ele ainda tivesse posses que não desejava perder a favor da Ordem, como sucederia se pronunciasse o voto de pobreza. Mas o que podia estar por detrás de tal solução por parte de quem se queria devotar totalmente a Deus e ao próximo?

A minha conclusão é que tal resolução poderia estar ligada às já referidas visões diferenciadas da sociedade dele próprio e de D. João I. Este poderia impedir a Ordem de receber as riquezas ainda na sua posse, revertendo-as para a Coroa, enquanto que o não faria ao próprio D. Nuno pela amizade e consideração que por ele tinha. Era a forma de poder continuar a ajudar a Ordem e os seus pobres sem correr o risco de tudo ficar perdido a favor da Coroa. É uma hipótese que me parece bastante admissível.

D. Nuno morre no Convento do Carmo, rodeado por dois grandes amigos D. João I e D. Duarte, a 1 de Abril de 1431, ano em que morre também D. Beatriz, a pretendente derrotada, e é, finalmente, concertada a paz com Castela.

E com isto julgo que apresentei um retrato suficientemente elucidativo do que terá sido o nosso D. Nuno enquanto homem do mundo e que poderemos sintetizar dizendo-o homem do seu tempo, íntegro e modesto, muito exigente consigo e com os outros, sóbrio, valente, leal e muito determinado ou, ainda mais sinteticamente, citar o infante D. Pedro, duque de Coimbra, que dele escreveu ser «modelo de príncipes e exemplo de senhores»[10].

Vamos agora tentar traçar-lhe o retrato como militar.

Podemos imaginar que terá, nos seus tempos de meninice, na Flor da Rosa e nos Paços Reais, recebido a instrução militar que qualquer fidalgo da sua estirpe teria normalmente, no seu caso junto dos cavaleiros da Ordem e do seu próprio pai e irmãos mais velhos.

Apenas lhe conhecemos, devidamente documentada, a sua actividade militar no curto período de três anos, entre os treze e os dezasseis, imediatamente antes de casar, e não sabemos o que fez nas suas terras de Barroso até aos vinte quando, chamado por D. Fernando recomeçou a sua actividade guerreira.

Fernão Lopes dá-nos conta, como vimos, da sua primeira tomada de armas pela mão da Rainha D. Leonor, como escudeiro e não como cavaleiro como muitas vezes vemos escrito. Aliás no mesmo texto é expressa a diferença entre a sua primeira tomada de armas - escudeiro da Rainha - e a que, na mesma altura, foi atribuída a seu irmão mais

velho, D. Diogo - cavaleiro d'el-Rei.

Por sua vez o anónimo autor da *Crónica do Condestabre* é mais explícito quando refere os acontecimentos de Santarém relatados por Fernão Lopes e já transcritos acima, dizendo-nos que D. Nuno que *«ainda nunca tomara armas»*, vindo do reconhecimento mandado fazer por seu pai e inquirido por el-rei *«sobre que gentes eram e a maneira que levavam»* lhe respondeu *«que lhe parecia muita gente mal acaudilhada e que pouca gente com um bom capitão e bem acaudilhada os poderia desbaratar»*[11]. Era uma resposta que, aos treze anos, indiciava já o futuro de D. Nuno como um preocupado e acautelado chefe militar, por um lado, mas também um destemido e valente combatente, por outro, para quem era mais importante a qualidade da chefia do que a quantidade dos combatentes.

Como já dissemos atrás, a actividade militar de D. Nuno não era muita nem conhecida quando os acontecimentos se precipitam com a morte de D. Fernando. Ele é, ainda por cima, um jovem de 23 anos e há seguramente gente com mais provas dadas e, eventualmente, com mais valor militar. É o próprio Fernão Lopes que refere a opinião dada por João das Regras ao Mestre, quando este o nomeia fronteiro do Alentejo, de que *«era muito contra isto, dizendo que para tamanho encarrego cumpria mandar um homem de madura autoridade, muito avisado, e sabedor de guerra; de mais que Nun'Álvares trazia seus irmãos com os inimigos e outras razões que assinava, para não ser ele o que houvesse de ir»*.

Ficamos assim a saber que, inicialmente, nada, a não ser a grande amizade e confiança nas suas capacidades que o Mestre depositava em D. Nuno, fazia presumir essas mesmas capacidades. É pois resultado da sua actuação como fronteiro do Alentejo que se começa a perceber as suas reais qualidades de autoridade e chefia e de empatia com os subordinados e o povo. Nun'Álvares é nomeado Condestável do Reino por D. João I por ser um fidalgo e simultaneamente ser considerado já como um excelente - talvez mesmo o melhor - cavaleiro. D. Nuno é condestável a partir de 9 de Abril de 1385, data em que perfazia um ano em que travara, com o maior êxito, a batalha dos Atoleiros. É de lembrar aqui, mais uma vez, que era a sua qualidade de fidalgo e a sua competência militar que lhe davam aceso ao cargo e não a ordem do seu nascimento. Mas é óbvio e da natureza humana que tal nomeação despertou invejas em quem se julgava com maiores competências e qualidades, nomeadamente, entre outros, em D. Gonçalo Coutinho, vencedor da batalha de Trancoso na qual D. Nuno não esteve presente[12] e de que resultaram pesadas baixas para os castelhanos. Mas cedo deixou de haver dúvidas, até entre os próprios inimigos. É conhecida a visita nocturna que, em Almedina, é feita por dez soldados castelhanos que, com a perspectiva de morrerem no dia seguinte à mão dos portugueses, não queriam que tal lhes sucedesse sem antes terem visto o *conde santo*, isto é, D. Nuno já era visto até como santo aos vinte e poucos anos pelos seus próprios adversários.

Diz-nos Américo Henriques[13] que se trata de militar capaz de acções loucas, em que arrisca tudo e todos lançando-se nas façanhas mais temerárias mas, simultaneamente, é um dos mais escrupulosamente seguros chefes de toda a história militar, aproveitando e explorando todas as vantagens do terreno o que, provavelmente, aprendeu com a

experiencia dos hospitalários. É característica da sua actuação táctica o estruturar das suas forças, agarrado àquele terreno que lhe oferecia maiores vantagens, impondo ao inimigo a batalha nas condições mais favoráveis para si próprio. Por outro lado era também uma sua acção táctica característica a combinação das vantagens do terreno, previamente escolhido com obstáculos naturais ou com os artificiais que mandava preparar, com o poder de fogo, táctica muito provavelmente aprendida dos ingleses com quem teve oportunidade de contactar ainda no tempo de D. Fernando, pela via do conde de Cambridge ou mesmo com o cavaleiro gascão morto em Aljubarrota Jean de Monferrand, ambos de grande experiencia em combates na Guerra dos Cem Anos.

Quando, na reunião do Conselho de D. João I, em Abrantes, D. Nuno se pronuncia, contra todos os outros, dizendo que *«não vamos fazer uma guerra guerreada, não vamos destruir as oliveiras em Sevilha, vamos direitos ao inimigo, porque temos que o vencer numa batalha decisiva»*, parece uma loucura sem nome. No entanto, D. João I acaba por seguir no seu encalço e aceitar os seus argumentos.

Em Abrantes, do debate ocorrido entre os diversos conselheiros, salienta Martins Barrento[14] que a posição defendida por D. Nuno, denotava:
- a noção de que Lisboa é o objectivo decisivo;
- a determinação em travar a batalha com o rei de Castela, nem que para isso tivesse que ir apenas com os seus homens;
- a coragem em enfrentar uma força inimiga muito superior;
- a confiança em que a autoridade que já possuía como chefe militar lhe garantia a obediência daqueles que com ele iam partilhar essa aventura.

A Batalha de Aljubarrota é um paradigma desta táctica. Se há batalha em que a segurança foi cuidada minuciosamente é Aljubarrota. Nela ninguém tem dúvidas de que o inimigo só pode ganhar porque tem tudo a seu favor, nomeadamente uma tremenda superioridade de potencial. No entanto, a derrota castelhana é completa e não seguramente pelo factor sorte mas porque todos os pormenores tácticos estavam pensados, pesados e seguramente contrariados. Assim, como também nos diz Martins Barrento na sequência do texto anterior:
- depois do reconhecimento de 13 de Agosto, teve oportunidade de escolher o *terreno mais convenhável* para travar a batalha, sem que a superioridade numérica do inimigo pudesse ser livremente utilizável;
- criou um dispositivo lógico, sobre o itinerário que o exército castelhano deveria percorrer, num esporão sobre o rio Lena, numa posição por tal forma forte que o inimigo não ousou atacá-la;
- com grande oportunidade, flexibilidade e num prazo de apenas duas horas, ocupou nova posição com o dispositivo invertido, dois quilómetros mais a Sul;
- usou o conhecimento da personalidade dos chefes inimigos que, com elevada probabilidade, iriam atacar a hoste portuguesa em vez de prosseguir sobre Santarém e Lisboa;
- o exemplo dado combatendo na vanguarda, a esforçada acção quando da rotura da frente e quando acudiu à ameaça sobre a retaguarda, somados às suas qualidades de comando, foram importantes para o moral, para a disciplina dos combatentes e para a

vitória alcançada.

Já em Atoleiros fora também atrás de um obstáculo batido pelo seu máximo poder de fogo que D. Nuno apeia a tropa e aguarda o choque da força inimiga, que repele derrotada e em Valverde, mais tarde, faz o que não conseguira nos Atoleiros e em Aljubarrota - a exploração do sucesso - porque
«*... o Comde como hera home sages e perçebido e muy avisado nos feitos da guerra, que vemdo o desbarato e grão trovação em que el Rey de Castela e as gemtes de seu reino por estomçe herão postos, que emquoanto lhe durava a dor daquela grão perda, a huus per semtido a outros per ouvida, e seus corações tristes e descuidados de tal cousa, que em tamto podia fazer hua emtrada com muita sua homrra e serviço do Reino e aimda proveito dos seus;*» [15].

É a vitória do terreno combinado com o poder de fogo sobre o número e o poder de choque da Cavalaria que, do antecedente, constituía a táctica em uso, e é, também, a vitória da capacidade de comando e chefia, de decisão e de audácia sobre o aparente maior potencial de combate do adversário.

D. Nuno mostra-se a par do que de mais moderno se praticava em termos de táctica militar e, obviamente, isso não é possível ser fruto da sorte ou de milagre. Ele estudou bem a matéria e soube aplicá-la na perfeição, conjugando esse saber com uma enorme capacidade de comando e chefia. Porque, na realidade, D. Nuno nada inventou. Com o génio com que fora realmente dotado, aplicou os vários conceitos conhecidos de há muito e por ele estudados ao concreto do território e da população em que vivia e, dando sempre o exemplo, postando-se no lugar de maior perigo, liderava indiscutivelmente. D. Nuno, como muitos séculos depois Napoleão, era por si só um enorme factor de aumento do potencial de combate. De Napoleão sabemos que Wellington o considerava equivalente a 40.000 homens presentes no campo de batalha. Não temos quem nos fizesse sobre D. Nuno uma proposta quantitativa, mas não restam dúvidas de que a sua simples presença era garantia de vitória, mesmo quando tudo parecia desmenti-la.

Um último aspecto me parece importante referir. A insistência de D. Nuno em acompanhar como condestável a expedição a Ceuta de 1415, 30 anos depois dos acontecimentos anteriormente mencionados, isto é, quando, em vez de um jovem de 25 anos, é já o que, para a época, podemos considerar como um velho de 55. Nada sabemos quanto ao seu pensamento estratégico relativamente às vantagens ou ao interesse de passarmos ao Norte de África, a não ser o que nos refere Gomes Eanes de Zurara sobre a opinião manifestada a D. João I, logo no princípio da discussão da ideia de Marrocos:
«o que a mim parece é que este feito não foi achado por vós nem por nenhuma pessoa deste mundo, somente que foi revelado por Deus querendo-vos abrir azo e caminho para que fizésseis este tão especial serviço para que vossa alma ante Ele possa receber grande merecimento. E pois que a Ele praz de Se servir de vós em este feito, aí não há mais que esquadrinhar, porque assim como a Ele prouve de o trazer ante os olhos do vosso conhecimento, assim lhe prazerá por sua mercê de o trazer a proveitoso fim. E vós por mercê não cesseis de obrar nisso, de guisa que por vossa míngua não faleça nenhuma coisa do que para semelhante feito pertence» [16].

Continuava místico e seguidor das regras da Cavalaria ...! Sabemos, ainda, que também nisto, mais uma vez, Nun'Álvares é um chefe que, pelo exemplo, obtém a autoridade e a capacidade de comando necessárias para o exercício desse comando. Não era para ele pensável como possível que, estando o país metido numa tal expedição, o condestável não estivesse à frente, na vanguarda da operação, tanto mais que se tratava de coisa nova - uma projecção estratégica de tropas em meios navais e a primeira operação anfíbia da História de Portugal para, a partir de uma cabeça de praia, conquistar um objectivo previamente escolhido em território estrangeiro.

Julgo poder afirmar, ainda, tratar-se da primeira operação conjunta e combinada da nossa história militar, uma vez que nela estavam também presentes unidades de outras nações, se não se considerar como tal a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques e os Cruzados. Trata-se, pois, de uma operação que, sem dúvida, será também especialmente cara aos que se interessam pela História Naval de Portugal.

A preparação da expedição, necessariamente feita em grande segredo, obrigava a um trabalho logístico complexo, a uma sistemática, criteriosa e eficaz recolha de informações e ao recrutamento, instrução e treino dos cerca de 20 milhares de homens para além do equipamento, que incluía canhões e máquinas de cerco, e dos cavalos e mantimentos necessários, tudo a transportar numa esquadra constituída por tudo quanto havia no país e mesmo noutras origens susceptível de navegar durante largas centenas de milhas, exigindo complementarmente capitães e marinheiros experimentados.

D. Nuno entrou no combate à frente dos seus homens, *«e foi-se a eles* [aos mouros] *e em breve espaço foram recolhidos sendo a gente assim besteiros como piões tão ledos como ouviram que lhes não mandava fazer cousa que o eles melhor não fizessem do que ele mandava»* [17] repelindo algumas tentativas dos mouros junto à Porta de Fez para onde *«ele com sua bandeira e gente abalou a pé contra a porta de Fez para sair fora aos mouros e foram logo com ele juntos todos os fidalgos e cavaleiros e homens de bem de toda a hoste para sair com ele tão ledos que parecia que ião para festa»* [18] sendo, depois de conquistada a cidade, incumbido por D. João I de, juntamente com o infante D. Henrique, instruir o governador, D. Pedro de Menezes, sobre a melhor forma de organizar o governo e a defesa da cidade[19].

Como nos dizem José Miguel Freire e Paulo Lopes da Silva, «a campanha de Ceuta foi uma profícua escola de aprendizagem náutica, mas também o foi no que se refere à organização de expedições, que a partir de então não pararam de enveredar mar dentro em direcção ao mundo»[20].

Com Ceuta começa uma nova Era para Portugal e com ela acabam os trabalhos militares deste místico exemplar do Galaaz português.

O infante D. Pedro, duque de Coimbra, di-lo firme e forte em combate, comedido e apiedado na vitória, justo e misericordioso na paz, comportando-se em toda a situação com dignidade e brio tendo, por isso, em seus dias, alcan-

çado honra e glória[21].

Não é fácil escrever sobre alguém de quem, há séculos, muito se tem estudado e dito sem cair em lugares comuns já de todos conhecidos. Tentei, apesar disso, apresentar um retrato, necessariamente apenas esboçado, sobre os aspectos que mais me impressionam na personalidade humana e militar de D. Nun'Álvares Pereira.

Bibliografia

ANÓNIMO, *Crónica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, M.E.N., 1969.
AZEVEDO, Carlos (Dom), «São Nuno de Santa Maria - Um Santo Condestável e Carmelita», *Azimute nº 187*, Mafra, EPI, 2009, pp. 25-27.
BARRENTO, António, «Nun'Álvares Chefe Militar», *Nova Cidadania nº 39*, Lisboa, UCL, 2009, pp. 11-16.
DIAS, Álvaro Lopes; FREIRE, José Miguel; NASCIMENTO, José Rafael; e SILVA, Paulo Lopes da, *Estratégia Lusitana - De Viriato às Missões de Paz, Lições de Batalhas Portuguesas Aplicadas à Gestão Empresarial*, Lisboa, Exame, 2007.
FONSECA, Luís Adão da, «Nuno Álvares Pereira. Uma Reflexão», *Olhares de Hoje Sobre Uma Vida de Ontem - Nuno Álvares Pereira Homem, Herói e Santo*, Lisboa, ULusíada, 2009, pp. 171-184.
HENRIQUES, Américo, *Apontamentos de História Militar*, Lisboa, IAEM, s/d.
_____, «D. Nuno Álvares Pereira - O Militar», *Azimute nº 187*, Mafra, EPI, 2009, pp. 22-24.
LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização, 1945-1949.
MARTINS, J. P. Oliveira, *A Vida de Nun'Álvares*, 6ª edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1944.
_____, *Os Filhos de D. João I,* Porto, Lello & Irmão Editores, 1983.
MENDES, Carlos, «Apostilha Sobre a Presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros)», *Cadernos Terras Quentes 06*, CMMacedo de Cavaleiros, 2009, pp. 7-17.
MENDONÇA, Maria Manuela de, *Dom Nuno Álvares Pereira, o Herói - Frei Nuno de Santa Maria, o Santo*, Lisboa, 2005.
MONTEIRO, João de Gouveia, *Aljubarrota - 1385 - A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
NUNES, António Pires, «D. Nuno Álvares Pereira - O Homem», *Azimute nº 187*, Mafra, EPI, 2009, pp. 14-21.
OLIVEIRA, Alcide d', *Aljubarrota Dissecada*, Lisboa, D.S.H.M., 1988.
PINTO, Jaime Nogueira, *Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.
PIRES, Nuno Lemos, «A Invasão Castelhana e a Batalha de Aljubarrota», *Azimute nº 187*, Mafra, EPI, 2009, pp. 45-49.
RODRIGUES, António dos Reis, *Nun'Álvares, Condestável e Santo*, Lisboa, Grifo, 1999.
SOUSA PINTO, Alexandre de, «Cargos Militares Hereditários - Escolas Militares de Especialização», *Portugal Militar nos Séc. XVII e XVIII até às Vésperas das Invasões Francesas - Actas do XV Colóquio de História Militar*, Lisboa, CPHM, 2006, pp. 773-822.
TORRES, António Pinheiro, *Nun'Álvares Pereira - Herói e Monge, Catolicidade e*

Portugalidade, Lisboa, Prefácio, 2004.
TORRES, Rui de Abreu, «Trancoso, Batalha de (1385)», *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1978, pp. 191-192.

* Adaptação das conferências pronunciadas dias 20 de Outubro, na Academia de Marinha, e 12 de Novembro de 2009 na associação dos Arqueólogos Portugueses.
** Tenente-general do Exército, oriundo da Arma de Cavalaria, é o presidente da Comissão Portuguesa de História Militar e académico honorário da Academia Portuguesa da História.

---

[1] Sousa Pinto, «Cargos Militares Hereditários - Escolas Militares de Especialização», *Actas do XV Colóquio de História Militar*, 2006, pp. 786-788.
[2] Idem, *ibidem*, p. 774.
[3] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Livraria Civilização, Porto, 1945, Cap. XXXIII, pp. 67-68.
[4] Luís Adão da Fonseca, «Nuno Álvares Pereira. Uma Reflexão», *Olhares de Hoje Sobre Uma Vida de Ontem*, 2009, p. 174.
[5] O que nos leva a crer ter sido, entretanto, feito cavaleiro, não se conhecendo, no entanto, onde, em que circunstâncias e por quem.
[6] *Crónica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, M.E.N., 1969, Cap. XIV, fl. XIIIv.
[7] António Barrento, «Nun'Álvares Chefe Militar», *Nova Cidadania, nº 39*, 2009, pp. 11-16.
[8] D. Carlos A. Moreira Azevedo, «São Nuno de Santa Maria - Um Santo Condestável e Carmelita», *Azimute nº 187*, 2009, pp. 25-27.
[9] O que está na origem da depois chamada "Lei Mental".
[10] Da oração composta por D. Pedro e citada por D. Duarte em documento escrito em latim a 21-VII-1437, com tradução do Prof. Doutor Aires Augusto do Nascimento.
[11] *Crónica do Condestabre*, op.cit., Cap. II, fls. IIv-III..
[12] A que documentos do Arquivo de Simancas, segundo o Abade de Baçal, se referem como «a insídia de Trancoso». Esta animosidade de D. Gonçalo para com D. Nuno poderá estar na base da recusa de D. Gonçalo em participar na batalha de Aljubarrota apesar de muito instado para nela comparecer.
[13] Américo Henriques, «D. Nuno Álvares Pereira, O Militar», *Azimute nº 187*, pp. 22-24.
[14] António Barrento, *op.cit.*, pp. 14-15.

[15] Fernão Lopes, *op.cit.*, Vol. II, 1949, Cap. LII, pp. 139-140.
[16] António Pinheiro Torres, *Nun'Álvares Pereira Herói e Monge*, 2005, pp. 55-56, transcreve da *Crónica da Tomada de Ceuta*.
[17] *Crónica do Condestabre*, op.cit., Cap. LXVIII, fl. LXIIv.
[18] *Idem*, ibidem, fl LXIII.
[19] Jaime Nogueira Pinto, *Nuno Álvares Pereira*, 2009, pp. 245-246 e *Crónica do Condestabre*, op.cit., Cap. LXVIII, fl. LXIII.
[20] Álvaro Lopes Dias e outros, *Estratégia Lusitana*, 2007, p. 153.
[21] Oração de D. Pedro, já citada e cujo texto completo é o seguinte: «*Modelo de príncipes, exemplo de senhores, espelho de contemplativo és tu, bem-aventurado Nuno! Tu foste firme e forte em combate, tu foste comedido e apiedado na vitória, tu foste justo e misericordioso na paz, tu foste devoto e obediente no claustro. Assim como em toda a situação te comportaste com dignidade e brio e como nos teus dias de vida alcançaste honra e glória assim também alcançaste no céu a eterna bem-aventurança.*»